



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Cinform - 04 a 10/04/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO DETERMINA LICITAÇÃO PARA RESÍDUOS DO MATADOURO

■ O Ministério Público Estadual emitiu, em despacho, um parecer instruindo a Prefeitura a abrir licitação para definir a empresa responsável por destinar os resíduos do matadouro municipal. Atualmente, uma empresa baiana detém o contrato, feito, segundo a gestão, emergencialmente. Na análise da Promotoria Cível da comarca, tal contrato é irregular.

A Procuradoria Geral do Município deve se pronunciar em até 15 dias após o recebimento da notificação, informando quais as providências serão tomadas. Caso não cumpra com o pedido, a gestão pode ser penalizada por ato de improbidade administrativa. O parecer foi assinado pelo promotor Kelfrenn Teixeira de Rodrigues Menezes.

De acordo com o secretário de

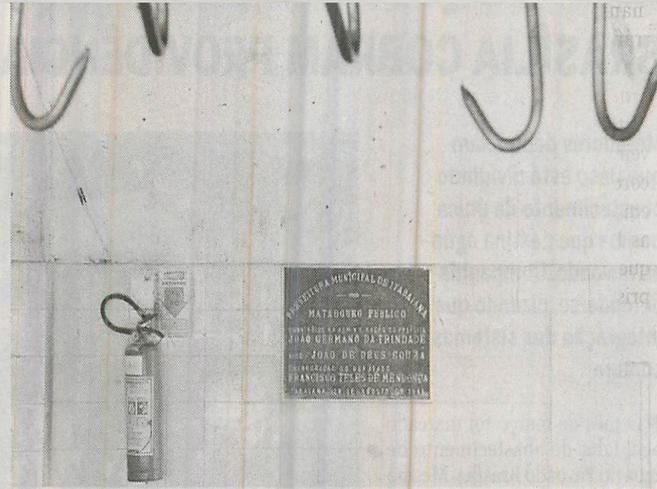
Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar, Erotildes de Jesus, a falta de documentação das empresas é um empecilho para a licitação. “Boa parte das empresas não tem documentação, e quem tem, não tem interesse”, afirma.

PARECER

Nas palavras do promotor no documento: “Os resíduos provenientes de abate de animais no matadouro público apresentam valor econômico e isso é demonstrado pela sua destinação final à (...) produção de farinha de carne e ossos e sebo industrial. Ainda assim, a municipalidade agraciou, sem qualquer contrato prévio, com tais resíduos a empresa FCG Transporte e Logística Ltda., que os entrega à empresa Matadouro Frigorífico Campo de Gado Ltda.”.

Outro extrato do parecer aponta que “Nesse quadrante, conjectura-se que, em tese, outras empresas poderiam ter interesse em tais resíduos e/ou seu transporte (...). Se pretende, portanto, dar destinação, conforme contrato com particular, a tais resíduos, (a municipalidade) deve promover um procedimento licitatório que enseje a possibilidade de participação de outros particulares”.

Erotildes confirma que a Prefeitura já foi notificada e que já está fazendo a convocação para licitação. Ele informa que a empresa atualmente responsável pelos resíduos possui a documentação descrita pela norma técnica edital, mas que sua validade é apenas local. “Como a empresa é da Bahia, haveria a necessidade de um documento nacional”, informa.



Problema do matadouro municipal se arrasta por gestões

MATADOURO

“Nosso Setor Jurídico está tentando sensibilizar o Ministério Público, por conta do problema da documentação”, completa. O secretário ressalta que o processo de articulação para a construção do novo matadouro está em andamento. Segundo ele, todo o projeto foi refeito, uma vez que foi apresentado em outras gestões e nunca finalizado.

“Com o processo licitatório finalizado, levaria seis meses para ficar pronto. Quero crer que não seja muita coisa que precise para concluir o processo. O problema é que as empresas qualificadas para construir um matadouro, cumprindo todas as normativas ambientais e sanitárias, geralmente vêm de fora”, esclarece. ■